

PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E RELAÇÕES DE GÊNERO NA ELITE POLÍTICA MARANHENSE*

Dayana dos Santos Delmiro Costa**

RESUMO

O objetivo deste artigo foi analisar a dinâmica de constituição das diferentes estruturas e volumes de capitais das mulheres maranhenses na política, por meio do levantamento de informações sobre as origens sociais e carreiras políticas das deputadas federais/estaduais eleitas no Maranhão entre 1982 a 2010. Busquei identificar variáveis sociais que me permitissem perceber quais os recursos acumulados por essas mulheres ao longo do processo de especialização política, como foi desenvolvido o trabalho político na busca pelo reconhecimento dos eleitores. Procurei ainda destacar por meio dos relatos das deputadas quais são suas representações sobre fazer “política”.

Palavras-chave: Profissionalização política. Trajetórias. Gênero. Recursos eleitorais.

* Este artigo consiste numa versão parcialmente modificada de trabalho apresentado no 32º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizado em 2008, Caxambu, Minas Gerais. Agradeço os comentários e críticas de Renato Perissinotto, Ernesto Seidl e Izabel Noll durante a sessão de apresentação no GT 18- Elites e Instituições Políticas, tais discussões contribuíram para a presente versão.

** Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão- PPGCSoc-UFMA. Professora de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão- IFMA.

ABSTRACT

PROFESSIONAL POLITICS AND GENDER RELATIONS IN MARANHÃO'S POLITICAL ELITE

The objective of this study was to analyze the dynamics of formation from different structures and volumes of capital belonging to Maranhão women in politics, through the collection of information about both social and origins concerning the political careers of federal deputies/state elected officials in Maranhão from 1982 to 2010. It was aimed to identify social varieties that allowed me to understand what resources accumulated by these women through the process of policy expertise, as the work was developed in the quest for political recognition of the voters. It also seeks to highlight through the accounts of each congresswoman what their representations of “politics” are all about.

Keywords: Professional politics. Trajectories. Genre. Electoral resources

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo foi analisar a participação da mulher maranhense na política, a partir dos cargos de deputadas federais/estaduais de 1982 a 2010. Busquei perceber as variações na composição da “elite política” ao longo do tempo no Maranhão. A investigação foi construída, por meio de um mapeamento a partir de repertórios biográficos da Câmara dos Deputados e biografias publicadas sobre as deputadas que exerceram mandatos no Maranhão no período mencionado. Realizei ainda entrevistas individuais com as deputadas, buscando sistematizar e analisar dados sobre a origem social e carreira política, levei em consideração dados como: escolaridade, profissão, como foi seu ingresso na política, a participação política da família, se houve atuação ou não em movimentos sociais, bem como que cargos públicos ocuparam e o número de mandatos.

Considero que o processo eleitoral está relacionado às mais diferentes esferas, as lógicas do estabelecimento dos vínculos que podem passar a compor as bases eleitorais dessas mulheres não são redutíveis à lógica eleitoral. Conforme ressalta Coradini (1998):

(...) a eficácia do “trabalho político” decorre dos recursos e possibilidades de manipulação das relações e sentidos contidos nessas diferentes esferas, a partir de uma perspectiva de acumulação de capital político. Essas esferas incluem, por exemplo, relações de parentesco, de “liderança” corporativa (sindicato de professores, de trabalhadores rurais, de “empresários”, de ação ético-religiosa, de vizinhança (a “comunidade”) e afinidades sociais e de estilo de vida (os clubes, as “festas”, os “desportes”), por fim, sem pretensão de exaustão, relações estabelecidas por meio da ocupação de cargos públicos” (Coradini, 1998:112-113).

Inspirei-me, também, em alguns estudos desenvolvidos na França, que relacionaram o processo de especialização política e a questão de gênero¹ (Guionnet 2002, Achin 2005, Dulong e Lévêque 2002). Todos têm em comum a influência da abordagem sócio-histórica da política

¹ Adoto a perspectiva de Scott (1990) cuja contribuição serviu para se pensar a diferença sexual e a sexualidade como construções sociais que sofrem variações históricas e culturais. A autora ressalta ainda que “o gênero” é um elemento constitutivo das relações sociais, sendo estas relações significantes de poder.

de Offerlé (1996, 1999) no estudo das formas de acesso à política, perspectiva que adoto no presente estudo.

Guionnet (2002) buscou identificar em que medida a variável de gênero foi utilizada como identidade estratégica para legitimar a inserção das mulheres na política, nas eleições municipais francesas de 2001. A autora observou como num contexto de “crise política” uma variável que era historicamente rejeitada- o gênero - pode ser acionada como necessidade de renovação das práticas políticas², como uma espécie de *savoir faire* feminino específico. Identificou ainda que as mulheres apesar de outsiders- devido à posição de novatas que ocupavam no campo político- em alguns casos a condição de neófitas tinha que ser relativizada, pois algumas mulheres tinham adquirido uma experiência prévia que contribuía na socialização política, como militância em sindicatos, participação em associações ou envolvimento nas campanhas do marido, mostrando como na análise do uso do recurso de gênero nas disputas eleitorais é preciso considerar também a posição social dessas mulheres.

Nessa mesma linha Dulong e Lévêque (2002) realizaram uma pesquisa sobre o uso do gênero como prática de mobilização eleitoral. Por meio de uma enquete com homens e mulheres, com perguntas como “*Quais as qualidades necessárias para se fazer uma boa campanha?*”. Buscaram identificar se o gênero influenciava nas representações sobre o *métier* político. Nas respostas pode ser observado que as qualidades requisitadas para fazer campanha ou exercer um mandato municipal mudava sensivelmente de acordo com o gênero, idade e experiência política dos agentes entrevistados. Os homens, por exemplo, evocavam mais saberes técnicos enquanto que as mulheres se reportavam mais às qualidades morais e de relacionamento, tais como: saber ouvir, compreender, conhecer a população e ser honesta.

Um outro estudo que contribuiu para orientar as diretrizes dessa pesquisa no que concerne à articulação entre gênero e política nas campanhas foi o trabalho de Barreira (2008). A autora traça um perfil

² (...) Là où les femmes expliquent qu’elles sont plus proches des citoyens, plus humaines et plus pragmatiques parce qu’elles s’occupent des enfants, entretiennent les relations familiales et doivent mener une double vie de labeur (domestique et remuneré), les ouvriers vantaient leurs qualités de travailleurs énergiques, honnêtes, simples, désintéressés, généreux et dévoués. (Guionnet, 2002:125).

de candidaturas de mulheres às eleições municipais das cidades de Fortaleza, Natal e Maceió no ano de 1996. Focaliza na trajetória das candidatas, na discussão dos símbolos de campanha e dinâmica dos conflitos eleitorais. Barreira (2008) explora a dimensão simbólica desses processos, caracterizados pela presença de ritos e discursos de campanha alusivos à condição de gênero.

Apresento ao longo do artigo alguns dados sobre os percursos das deputadas federais e estaduais no Maranhão e alguns depoimentos das deputadas sobre “fazer política” .

1 - DEPUTADAS FEDERAIS NO MARANHÃO: PERCURSOS E COMPARAÇÕES

O Legislativo Federal continua sendo um espaço de difícil acesso às mulheres. Nas eleições de 1982 e 1986, não houve mulheres eleitas para o cargo de deputada federal no Maranhão. Os dados revelam que num período de 28 anos, elegeram-se no Maranhão apenas 4 deputadas federais, como demonstra o quadro 1.

É possível perceber que no Maranhão prevalecem deputadas federais vinculadas às agremiações partidárias consideradas como de “direita”. Entre as quatro deputadas, duas delas se elegeram pelo PFL, uma pelo PSC e apenas uma pelo PT. Ao se comparar os dados no que tange ao número de deputadas federais eleitas no Rio Grande do Sul³ de 1982 a 2010 e às filiações partidárias destas, observa-se que, assim como no Maranhão, a presença das mulheres permaneceu pouco significativa em termos numéricos, foram eleitas nesse período apenas sete deputadas federais. As mulheres passam a marcar presença na bancada de parlamentares do RS apenas em 1994, com a eleição de Ester Grossi pelo PT e Yeda Crusius pelo PSDB. Em relação aos partidos das deputadas federais eleitas no RS, diferentemente do Maranhão, cinco são de partidos situados à “esquerda”, sendo três ligadas ao PT, uma inicialmente ao PT e depois ao PSOL e uma ao PCdoB, contra duas que pertencem

³ Para uma comparação mais detalhada sobre a especialização política nesses dois estados, ver Grill (2007): Processos, Condicionantes e Bases Sociais da Especialização Política no Rio Grande do Sul e no Maranhão.

a siglas localizadas mais ao centro (PSDB e PTB).

QUADRO 1 - MULHERES ELEITAS DEPUTADAS FEDERAIS NO MARRANHÃO (1982-2010)

ANO	Nº DE MULHERES ELEITAS	NOME DAS DEPUTADAS	PARTIDO
1982	0	---	---
1986	0	---	---
1990	1	ROSEANA SARNEY	PFL
1994	1	MÁRCIA MARINHO	PSC
1998	1	NICE LOBÃO	PFL
2002	2	TEREZINHA FERNANDES	PT
		NICE LOBÃO	PFL
2006	1	NICE LOBÃO	PFL (atual DEM)
2010	1	NICE LOBÃO	DEM

A partir do conjunto de casos, sistematizei os dados considerando as seguintes variáveis: primeiro cargo eletivo, idade que ocupou o primeiro cargo, número de mandatos, ocupação de cargos públicos e laços de parentesco com ascendente político, como pode ser observado no quadro 2.

QUADRO 2 - QUADRO SINÓTICO DOS PERCURSOS DAS DEPUTADAS FEDERAIS NO MARANHÃO (1982-2010)

DEPUTADA	PRIMEIRO CARGO ELETIVO	IDADE QUE OCUPOU O PRIMEIRO CARGO ELETIVO	NÚMERO DE MANDATOS e CARGOS ACUMULADOS NA CARREIRA ELETIVA	FORMAÇÃO/ PROFISSÃO	OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES AO MANDATO DE DEPUTADA	LAÇOS DE PARENTESCO COM POLÍTICO
ROSEANA SARNEY	Deputada Federal	37 anos	1 mandato de deputada federal (1991 a 1994); 2 mandatos no governo do Estado do Maranhão (1995 a 2001) Senadora (2003-2009) Governadora* (2010- atual)	Ciências Sociais- UNB	Assessora no Quadro Técnico da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP) de 1974 a 1976; Assessora do Secretário de Viação de Obras de 1977 a 1978; Técnica em planejamento do Instituto de Planejamento Econômico e Social em 1979; Gerente Operacional do Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos (PNCSU) do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) em 1980; Assessora do Gabinete Civil do Governador do Estado do Maranhão em 1981; Secretária de Estado para Assuntos Extraordinários; Assessora do Senado Federal; Assessora do Gabinete Civil da Presidência da República de 1985 a 1989;	Avós, tios-avô, Pai (foi <u>deputado</u> , senador pelo <u>Maranhão</u> entre <u>1971</u> e <u>1985</u> , governador do <u>Maranhão</u> entre <u>1966</u> e <u>1971</u> e Presidente da República de 1985 a 1990), tios, irmãos.

* Atualmente é governadora do Maranhão pelo PMDB, assumiu em 2009, depois do ex-governador Jackson Lago- PDT, ter seu mandato cassado. Foi eleita governadora no 1º turno em 2010.

MÁRCIA MARINHO	Deputada Federal	31 anos	1 mandato de deputada federal (1995 a 1998) 1 mandato de prefeita em Caxias (2001 a 2004) deputada estadual (2009-2010)**	Medicina-UFMA	Secretária Municipal da Criança e Ação Social, em Caxias, Maranhão, de 1993 a 1994.	Cônjuge (esposo foi eleito prefeito de Caxias em 1992 e deputado federal de 2002 a 2005)
NICE LOBÃO	Deputada Federal	62 anos	4 mandatos de deputada federal*** (1998- atual)	Ensino Médio	Secretária da Ação Social do Estado do Maranhão de 1991 a 1994.	Cônjuge (esposo foi deputado federal de 1979 a 1987, senador de 1987 a 1991, governador do Maranhão de 1991 a 1994 e senador 1995-2007, ministro das Minas e Energia 2008-atual)
TEREZINHA FERNANDES	Deputada Federal	47 anos	1 mandato de deputada federal (2002-2006)****	Letras- UFMA	Secretária Municipal do Desenvolvimento Social, em Imperatriz-Maranhão de 2001 a 2002. Secretária de Estado do Trabalho e Economia Solidária (Setres) de 2007 a 2009.	Cônjuge (esposo foi deputado estadual de 1999 a 2000 e prefeito de Imperatriz de 2001 a 2004)

** Na condição de sexta suplente, Márcia Marinho tomou posse em maio de 2009 depois do deputado Roberto Costa (PMDB) ter assumido a Secretaria de Esportes e Juventude do Maranhão.

*** Nice Lobão atualmente encontra-se no PSD, foi reeleita deputada federal nas eleições de 2010, somando 4 mandatos consecutivos.

**** Em 2010 Terezinha Fernandes foi candidata a deputada federal pelo PT na coligação "O Maranhão não pode parar F1", obteve 24.501 votos, ficando como suplente.

Quando Barreira (2006) apresenta os dados sobre cargo eletivo prévio das deputadas federais no Brasil, afirma que apenas 21% elegeram-se deputada federal sem terem cargos eletivos anteriores. Uma parte significativa já tinha ocupado algum cargo eletivo: *“As representantes, antes de serem eleitas deputadas federais, eram deputadas estaduais, vereadoras e prefeita”* (Barreira, 2006:9). A autora chama atenção, também, para a ideia de continuidade ou reprodução das funções legislativas, sendo que um número expressivo das mulheres eleitas tinha mandatos anteriores de deputada federal.

QUADRO 3 - CARGO ELETIVO ANTERIOR DAS DEPUTADAS FEDERAIS NO BRASIL

Cargo eletivo anterior das deputadas	%
Deputada Federal	44%
Deputada estadual/distrital	21%
Vereadora	12%
Prefeita	2%
Não se aplica	21%

Quadro construído com base nos dados de Barreira (2006).

Essa constatação se difere do que acontece no Maranhão. Como pode ser observado no quadro sinótico, o acesso dessas mulheres de forma direta ao Legislativo Federal, sem passar pelo cargo de vereadora, deputada estadual ou prefeita é de 100%. Dado que não difere muito dos homens no Maranhão, conforme aponta a pesquisa de Grill (2007), quando compara os deputados do Rio Grande do Sul com os do Maranhão no que concerne ao primeiro cargo eletivo ocupado:

Os dados mostram que no RS 47% dos deputados federais começaram a carreira eletiva por posições locais, como vereadores (39%), vice-prefeitos e prefeitos (8% somados); contra apenas 18% no Maranhão que iniciaram por posições do mesmo tipo, isto é, como vereadores (12%) e como prefeitos e vice-prefeitos (6%). Contrariamente, no Maranhão 80% dos agentes investigados debutaram na ocupação de

cargos eletivos como deputados federais (44%) ou estaduais (36%)
(Grill, 2007:10-11, grifo meu).

No Rio Grande do Sul, quatro deputadas começaram suas carreiras de cargos políticos por postos nos primeiros escalões (três como secretárias municipais e uma como ministra) e três por mandatos eletivos (duas como vereadoras e uma como deputada estadual).

No Maranhão há um espaço político pouco competitivo e mais fechado, pois não se observa a passagem dessas deputadas por diferentes cargos na hierarquia política, nem mesmo pelo de deputada estadual. Contrastando com a percentagem de cargo eletivo anterior das deputadas brasileiras apontadas por Barreira (2006), onde 12% já tinham sido vereadoras, 21% deputada estadual e 44% ocuparam o mesmo cargo de deputada federal na legislação anterior. No Maranhão as quatro mulheres que conseguiram ser eleitas deputadas federais não iniciaram suas carreiras por posições periféricas e quando prevalece o ingresso “por cima” na carreira política eletiva, quer dizer, diretamente pela ocupação de cargos mais altos na hierarquia política, o controle e a seleção prévia por parte dos agentes já estabelecidos ou das máquinas políticas se mostram decisivos, característica de contextos políticos marcadamente oligárquicos, como pode ser considerado o caso do Maranhão.

O estudo de Costa (1998) sobre a Bahia e outros estados do Nordeste brasileiro conclui que é maior o número de mulheres eleitas pelos grandes partidos e os “mais conservadores” nos estados que permanecem sob o controle das “oligarquias”, perpetuando os compromissos familiares. Nesses estados, a ideologia feminista é precariamente adotada por parte das eleitas e o exemplo de mulheres que ascendem à elite política pela via dos movimentos sociais são reduzidos. Segundo o estudo de Costa (1998) no Nordeste, a entrada das mulheres em altos cargos eletivos da hierarquia política, na maioria das vezes, se dá em virtude das próprias relações familiares, perpetuando valores da elite tradicional. As “oligarquias” se utilizam das relações de parentesco para preencher os cargos do poder. Segundo Avelar (2001:50) *“se as mulheres ascendem por esses canais, sua atuação nada tem a ver com as mudanças propostas pelas gerações de mulheres que lutaram pela estruturação de sua própria identidade política”*.

Quanto às informações sobre idades de ocupação do primeiro cargo eletivo, estas traduzem diferenças quando se compara deputados e deputadas no Maranhão. A pesquisa de Grill (2007) revela um ingresso mais cedo entre os homens, mais de 70% dos casos estrearam com idade inferior a 35 anos, sendo que no Maranhão 25% antes dos 25 anos. As deputadas maranhenses estrearam na carreira política de forma mais “tardia” quando comparadas aos deputados. Entre as mulheres eleitas deputadas federais no Maranhão, apenas Márcia Marinho ocupa o cargo antes dos 35 anos. As parlamentares eleitas pelo Rio Grande do Sul dividem-se entre aquelas que entraram na arena de cargos eletivos precocemente (antes dos 30 anos) - Luciana Genro, Maria do Rosário e Manuela D’Ávila - e as demais – Kelly Moraes, Ester Grossi, Yeda Crusius e Ana Corso (com 40, 59, 50 e 41 anos respectivamente) - que entraram tardiamente (depois dos 40 anos). Todas as deputadas federais do Maranhão ingressaram na carreira eletiva após os 30 anos (31, 37, 47 e 62 anos).

Avelar (2001) chama atenção para os ciclos de vida da mulher que, em geral, são segmentados conforme a situação conjugal e a maternidade como um dos fatores que contribuem para uma entrada “tardia” das mulheres. Avelar (2001) destaca:

Com o casamento, a mulher amplia o campo de suas tarefas domésticas, assumindo outras responsabilidades que irão demandar mais tempo e energia. Com a maternidade, mais ainda, tempo e energia tornam-se cruciais na vida da mulher. As tarefas extra-família tornam-se cada vez mais seletivas. Já a paternidade não significa necessariamente alteração no estilo de vida, razão pela qual os homens podem continuar desempenhando tarefas envoltentes, como é o caso da política (Avelar, 2001:153).

Isso não significa que devemos desconsiderar o que impõe a especialização na política no que se refere a uma dedicação da maior parte do tempo dos agentes às atividades políticas. Na carreira eletiva elas podem ter entrado com uma idade mais avançada do que os deputados, mas todas tiveram atuação prévia em esferas sociais distintas, que possibilitam um aprendizado lento e progressivo, podendo reproduzir

reconhecimento nas disputas eleitorais. Terezinha Fernandes, por exemplo, atuou no movimento estudantil, no PT do Maranhão e desenvolveu trabalhos nas campanhas do esposo.

Vale destacar o caso da que entrou mais tarde, Nice Lobão, esta é a que tem o maior número de mandatos como no cargo de deputada (somando mais de 10 anos de mandatos eletivos, uma vez que foi reeleita em 2010). Roseana Sarney iniciou na carreira eletiva em 1991 quando assumiu como deputada federal, foi eleita por dois mandatos consecutivos governadora do Maranhão (1994 e 1998), foi senadora de 2003 até 2009, atualmente é governadora do Maranhão, somando um total de 20 anos de mandatos eletivos em sua carreira. Márcia Marinho depois de ser deputada federal foi eleita em 2000 prefeita do município de Caxias e em 2008 tentou retornar à prefeitura desse município sendo candidata pelo PMDB, mas sem êxito nas urnas⁴. Esses dados revelam a busca de continuidade dessas mulheres no interior do espaço político maranhense, próprio da exigência da profissionalização política.

Somando-se ao tempo de mandatos eletivos, no estudo da profissionalização política no Maranhão, pude identificar outras variáveis que estabeleceram pistas quanto à lógica do sucesso dessas mulheres nas urnas. Questionei se tiveram acesso ao ensino superior; se houve ou não uma reconversão de uma notoriedade profissional; se estas possuíam ou não parentes que ocuparam ou ocupam cargos eletivos; se estas ocuparam cargos não eletivos (tais como secretarias, presidência de partido) previamente; participaram ou não de algum movimento social.

Quanto ao grau de escolarização das deputadas, o investimento no título superior só não é observado em uma deputada, Nice Lobão. Entre os homens a importância dada ao diploma de curso superior também é notória, dentre os dados apontados por Grill (2007) 85% dos deputados possuem título superior.

Entre as deputadas maranhenses e gaúchas, em termos de escolarização, destaca-se a predominância de casos com títulos superiores. Foi possível perceber que prevalece a formação em cursos ligados às áreas de humanas no dois estados. Observei a maior diversificação

⁴ Para maiores detalhes sobre a Márcia Marinho em campanha ver Lima (2010) e Costa, Grill, Aragão e Lima (2010).

das vias de obtenção de títulos superiores no Rio Grande do Sul em relação ao Maranhão. Entre as sete deputadas gaúchas, seis possuem curso superior, nas seguintes cursos e instituições: Pedagogia pela UFRGS; Educação Artística pela UCS; Letras pela PUC de Porto Alegre; Matemática pela PUC (com mestrado e doutorado); Jornalismo também na PUC e Ciências Sociais incompleto na UFRGS; e; por fim; uma em Economia pela USP (com especialização e mestrado). Entre as quatro deputadas maranhenses, três possuem curso superior, sendo que: uma é formada em Ciências Sociais pela UNB; outra em Letras pela UFMA; e, finalmente, a terceira em Medicina pela UFMA (GRILL, 2007).

Isso se traduz em diferentes ocupações exercidas. No Rio Grande do Sul, as cinco deputadas que exerceram uma profissão antes de assumir um cargo político são ligadas ao magistério. No Maranhão, as três deputadas que atuaram profissionalmente estiveram vinculadas a funções públicas (administrativas). O que corrobora as indicações sobre o conjunto dos casos que apontam para o peso das carreiras como professores entre deputados gaúchos e a relevância da passagem por cargos administrativos entre deputados maranhenses.

Quanto ao grau de escolarização e o uso deste como trunfo político, destaco o acionamento feito, de forma diferenciada, por Roseana Sarney e Terezinha Fernandes, ao se beneficiarem do espaço acadêmico. Enquanto a primeira fez uso nos jornais do título de socióloga na campanha de 1990, a segunda utiliza-se muito mais do espaço acadêmico na constituição de seu capital político oportunizado pela participação no movimento estudantil, do que do título propriamente. Como aponta Grill (2007) “os trunfos oportunizados pelo acesso ao ensino superior (título, relações, socialização no movimento estudantil, entre outros) são extremamente relevantes para o desdobramento das carreiras políticas”.

Gonçalves (2006), em seu estudo sobre a trajetória política de Roseana Sarney, destaca os atributos e autodefinições de validação de seu capital simbólico referido à Campanha Eleitoral de 1990.

Vem à tona a formação acadêmica de Roseana Sarney Murad- atributo de sustentação do peso do capital simbólico que afirma deter, independentemente de seu pai José Sarney. Ser “socióloga” constitui-se em capital cultural legitimador que autoriza seu discurso. Falará

na condição de candidata, mas de uma candidata que é “socióloga” (Gonçalves, 2006:95).

Barreira (2006) quando fala no capital político das deputadas e senadoras apresenta situações diferentes que podem ser complementares para se pensar em um perfil político das representantes no Congresso Nacional. A autora destaca duas condições relevantes para a conquista de cargos de representação política: o capital político de base familiar e a participação em movimentos sociais. Mostra que 36% das deputadas e senadoras iniciaram a vida política em movimentos sociais diversos (incluindo lutas sindicais, movimento estudantil, luta pela terra e movimento feminista) e 25% tiveram influência familiar via filiação ou matrimônio com ascendente político e 17% ocuparam cargos de confiança em secretarias do governo. Nas palavras da autora:

Mulheres apoiadas por sindicatos, defensoras de interesse feministas ou atuantes em partidos políticos atestam a importância de se pensar na elaboração de carreiras políticas mediante formas visíveis de atuação no espaço público. A influência familiar também contribui para a ocupação de cargos legislativos (esposas ou filhas de político) ocorrendo também situações de parentesco não excludentes com a participação em movimentos sociais variados (Barreira, 2006:12).

No Maranhão, a ocupação de cargos públicos e relações de parentesco com políticos são variáveis sociais que podem ser identificadas em todas as deputadas federais eleitas no período compreendido da pesquisa. Roseana Sarney foi a que ocupou o maior número de cargos públicos antes de se eleger deputada federal, é também a que possui vínculos de parentesco com diferentes ascendentes políticos.

Márcia Marinho foi nomeada secretária municipal da Criança e Ação e Social em Caxias de 1993 a 1996, período em que seu marido Paulo Marinho foi prefeito do referido município. Nice Lobão ocupou o cargo de Secretária de Ação Social do Estado do Maranhão no período de 1991 a 1994, sendo seu esposo Edison Lobão governador do Estado nesse mesmo período. E Terezinha Fernandes foi Secretária Municipal

do Desenvolvimento Social de Imperatriz entre 2001 e 2002, nesse período seu esposo Jomar Fernandes era prefeito de Imperatriz.

No Rio Grande do Sul, casos de relações de parentesco com políticos entre as mulheres eleitas deputadas também podem ser identificados. Duas deputadas federais iniciaram a carreira como secretárias municipais (Ana Corso do PT e Kelly Moraes do PTB), estas chegaram ao cargo nas gestões dos maridos prefeitos. Uma das deputadas federais do Rio Grande do Sul, Luciana Genro, é filha de um ex-vereador, deputado federal, vice-prefeito e prefeito de Porto Alegre, foi ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça durante durante o governo Lula, atualmente é o governador do Rio Grande do Sul. Outra parlamentar, Maria do Rosário, é casada com um importante dirigente do Partido dos Trabalhadores que já concorreu a deputado estadual e ocupou cargos de primeiro escalão nos governos controlados pelo partido no município de Porto Alegre, no Estado e no País.

2 - O ESPAÇO DE CONCORRÊNCIA POLÍTICA E REPRESENTAÇÕES DOS AGENTES

O espaço da política é o espaço onde os concorrentes se opõem a partir de concepções sobre o mundo social e visões sobre a “política”. Por meio das entrevistas realizadas com mulheres que conseguiram “entrar na política” maranhense (duas ex-deputadas estaduais, uma ex-deputada federal e quatro deputadas estaduais eleitas em 2006) busquei identificar quais os princípios que regem a disputa eleitoral no Maranhão, na ótica dessas mulheres. A apresentação dos depoimentos a seguir, visa destacar os aspectos mencionados e valorizados pelas deputadas como qualidades necessárias para se fazer política. Segue abaixo alguns relatos.

Você tem que ter **vivência**, você tem que **ter cultura**. Hoje por exemplo nas discussões, na busca dos projetos, **se você não tiver conhecimento, a coisa passa despercebida**. (...) Quando você não tem um nível muito bom de cultura, não tem muito conhecimento, fica difícil e se for mal assessorado, fica ainda mais difícil, porque

não ter quem lhe abra. (...) Eu acho que você tem que ter cultura e **tem que ter amigos**, para você deslanchar no seu trabalho. **Se você tem um conhecimento muito grande, mas se você não tem amizade, com os seus amigos que estão lá fazendo as secretarias**, que passam esse senso de responsabilidade, de comprometimento que você tem (...) **as pessoas não tem interesse em lhe ajudar, é nesse aspecto.** (...) Eu entrei em quase todas as áreas onde tinha necessidade. Porque você vê, a minha vida começava às sete horas e não tinha hora para acabar... meia noite, uma hora. Eu passei doze anos assim. Porque você ta na Assembléia e lá você esta a mil por hora e de lá você vai para as secretarias, para levar as solicitações dos bairros. Nossa não é fácil é muito difícil (Marly Abdalla, entrevista em 05/03/07).

Olha do meu ponto de vista, a minha expectativa é o Dutra que **já tem experiência** então o Dutra tem possibilidade de se destacar. O Flávio, porque o Flávio tem **domínio em uma área, que é essa área mais ligada ao Direito, ao mundo do Direito.** Ele tem essa possibilidade. (...) Na tribuna o Dutra se destaca. O Dutra tem destaque como **orador, que ele vai e fala mesmo, ele é falador** (Terezinha Fernandes, ao ser questionada sobre a possibilidade de destaque dos deputados federais eleitos em 2006, entrevista em 03/04/07).

No primeiro trecho, reproduzido da entrevista, a fala é da ex-deputada estadual Marly Abdalla, viúva do ex-presidente da Federação das Indústrias Alberto Abdalla. Esta teve três mandatos no Maranhão pelo antigo PFL, de 1990 a 2002. Foi candidata a vice-prefeita de São Luís em 2004, exerceu a direção da Universidade Integrada da Terceira Idade- UNITI na UFMA, em 2008 disputou uma vaga de vereadora pelo DEM nas eleições municipais de São Luís, entretanto não foi eleita. Em 2010 foi candidata a deputada estadual, novamente sem êxito nas urnas.

Em seu depoimento, destaco alguns elementos sendo valorizados como aspectos indispensáveis para se obter êxito na carreira eletiva, tais como: 'vivência', conhecimento e amizade. Dentre essas qualidades mencionadas, pude perceber que a informante não atribuía peso igualitário para todas, o recurso das relações sociais parece ter um peso maior. A amizade com as pessoas que ocupavam as secretarias

e com políticos situados em diferentes níveis da hierarquia política é o que possibilitava um melhor atendimento de suas bases eleitorais. Marly Abdalla (DEM) afirmava no decorrer da entrevista que teve bom trânsito nas secretarias e boa relação com os colegas da Assembléia, afirmou que todos a chamavam de tia Marly por conta da administração da educação infantil do SESI. *“Carinhosamente tia Marly pra cá, tia Marly pra lá, porque pegaram das crianças. Um respeito muito grande por mim”* (Marly Abdalla, entrevista 05/03/07)

A amizade é um trunfo importante na conquista de aliados eleitorais, esta pode facilitar os *acessos*⁵, Kuschnir (2000a) destaca em sua pesquisa sobre a trajetória dos Silveira, as alianças que envolvem o *acesso*, sendo este o que diferencia os parlamentares das demais pessoas. No caso pesquisado pela autora, tanto na atuação do deputado como da vereadora, a troca motivada pela amizade aparece e os vínculos mais fortes sempre foram com pessoas específicas e não com organizações. Isso pode ser exemplificado pelo depoimento de Marly Abdalla (DEM) sobre Roseana Sarney facilitando suas atividades políticas na área habitacional. Marly Abdalla relata:

Eu tive muitos projetos, modéstia parte muito atuante. Fiz moradia, ali na Cidade Operária nós temos o Recanto dos Pássaros, foi um projeto da Ozinete e a parte política foi minha. Depois **nós fizemos o Marly Abdalla I e Marly Abdalla II lá na Cafeteira, onde são 750 casas. Foi a governadora Roseana Sarney que doou o terreno** para que eles fizessem a moradia e a parte política também foi feita por mim com a mesma pessoa que é a Ozinete, a parte do social era com ela (Marly Abdalla, entrevista em 05/03/07).

No segundo caso destacado, a fala reproduzida é da ex-deputada federal Terezinha Fernandes (PT), esposa do ex-deputado estadual e ex-

⁵ Para Kuschnir “[...] a conquista de acessos, ou a entrada para a política, é resultado da colaboração dos membros de uma rede em uma série de trocas. Votos, cargos, indicações, pedidos de promoção, interferência em processos burocráticos e legais, encaminhamento de pedidos são os principais recursos de que os Silveira dispõem para trocar com os membros de sua rede. Em contrapartida, recebem financiamentos, bens materiais e ajuda em forma de trabalho na campanha. Esta é a base que constitui o sistema de dar, receber e retribuir acessos.” (Kuschnir, 2000:105).

-prefeito da cidade de Imperatriz (MA) Jomar Fernandes (PT). Ela ocupou a Secretaria do Trabalho e Economia Solidária no governo Jackson Lago (PDT). Terezinha Fernandes (PT) apresenta em seu depoimento algumas qualidades de 'liderança' que considera importante no desempenho e destaque nas atividades políticas: experiência, domínio da área do Direito e ser bom orador são alguns dos atributos mencionados pela entrevistada. Ela menciona Domingos Dutra (PT) e Flávio Dino (PCdoB), em relação ao primeiro destaca a experiência como trunfo político, Dutra (PT) já foi eleito duas vezes deputado estadual em 1990 e em 2002. Em 1996 foi eleito vice-prefeito de São Luís, atualmente está no seu segundo mandato de deputado federal. Enquanto que Flávio Dino (PCdoB) ocupava pela primeira vez um cargo eletivo, no período de realização da entrevista, sua atuação na área do Direito é destacada por Terezinha Fernandes (PT) como recurso agenciado em seu favor no cenário político. Flávio Dino (PCdoB) advogou para diversos sindicatos e de 1994 a 2006 foi Juiz Federal.⁶ A eloquência é outro elemento enfatizado por Terezinha Fernandes (PT), afirma que Dutra (PT) se destaca como orador. Apesar da Terezinha Fernandes não mencionar, Dutra (PT) também é da área do Direito, tendo prestado assistência jurídica a diferentes setores dos movimentos sociais. Com suas devidas peculiaridades, a trajetória de ambos, lembra o que afirma Bourdieu (1998) sobre a reconversão para a política do capital de notoriedade:

É frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem certo capital cultural ou, como no caso dos advogados, um domínio profissional da eloquência (Bourdieu, 1998:191).

A ex-deputada Telma Pinheiro (PTB), ao falar de sua trajetória política, menciona que a ocupação de cargos públicos anteriormente, atrelado às suas atividades profissionais. Como pode ser observado no trecho da entrevista abaixo:

⁶ Para saber mais sobre a reconversão dos trunfos constituídos no espaço profissional de Flávio Dino para política ver Barros Filho (2007) que realizou um estudo sobre as diferentes lógicas que unem recursos sociais, herança política e atividade profissional no percurso de Flávio Dino.

Como eu era da prefeitura desde 69, ingressei no quadro como funcionária, e a partir daí formada em engenharia fui ser engenheira do quadro dos servidores da prefeitura. E eu fui ocupando os cargos mesmo por trabalho, por reconhecimento de trabalho, não foi nada político, fui indicada por prefeitos, por governadores, para ocupar cargos de confiança por trabalho mesmo, por competência profissional. (...) **Quando em 83 eu ocupei a Secretaria de Urbanismo em São Luís, depois fui ser Secretária de Terras e Habitação, depois Secretária de Infra-estrutura e de Obras (...) o meu trabalho como técnica na época houve um reconhecimento da sociedade ludovicense porque fui a vereadora mais votada em 95 aqui em São Luís e como deputada estadual de dois mandatos, no primeiro mandato eu tive um bom número de votos, no segundo mandato, na segunda eleição, eu quadruplicuei o número de votos.** (...) então eu volto 10 anos depois a ocupar uma secretaria que tem exatamente esse mesmo objetivo, de cidades, de organização social, da questão do uso do solo, da habitação, enriquecido agora pela minha experiência política (Telma Pinheiro, entrevista 14/03/2007).

Outro fator mencionado pelas entrevistadas como mecanismos que contribuem para o sucesso nas urnas é o vínculo com familiares políticos. Fátima Vieira (PP) e Graça Paz (PDT) destacam:

Hoje eu ser deputada estadual no Maranhão **o grande peso foi meu pai já ter iniciado, já ter uma política muitos anos.** Então houve uma necessidade de uma candidatura minha e o **reconhecimento de todo trabalho que foi feito tanto pelo meu pai como por mim durante a administração no município de Bacabal** e na região do Médio Mearim. (...) A minha **campanha eu devo ao reconhecimento dos trabalhos feito por ele, ao nome dele, as iniciativas dele,** o apoio, tanto apoio financeiro, como todo apoio que foi dado pelo meu pai (Fátima Vieira, entrevista em 07/03/07).

Hoje sou formada em Administração de empresas e **entrei na vida política através de meu marido, que foi deputado por três mandatos consecutivos e terminou que passou essa missão para mim.**

Todas às vezes eu acompanhava, eu que fazia a campanha em toda baixada maranhense porque eu sou da baixada e ele é da região do sertão maranhense e eu tomava conta da campanha lá na região da baixada, ia a vários municípios. **E como a minha família já era envolvida na política**, então nessa ocasião eu já não era uma criança, uma mulher, mãe, e **meus primos prefeitos e eu tinha também um irmão prefeito** e daí a gente fez essa política no interior (Graça Paz, entrevista em 07/03/07).

Fátima Vieira é filha do ex-prefeito da cidade de Bacabal (MA) José Vieira (PSDB), foi diretora do Pronto Socorro de Bacabal (MA) por cinco anos e na ocasião da pesquisa estava exercendo seu primeiro mandato de deputada estadual. Segundo Fátima Vieira (PP) o reconhecimento que obteve de seus eleitores nas urnas se deve aos trabalhos e apoio de seu pai. O uso dos laços de parentesco com personalidades políticas como trunfo eleitoral pelas deputadas federais e estaduais no Maranhão é recorrente, são vários os casos de herança política, mas ressalto que esse aspecto não se restringe ao universo de candidaturas no Maranhão.⁷

Graça Paz (PDT) é esposa do ex-deputado estadual e candidato a prefeito de São Luís em 2008, Clodomir Paz (PDT), está no seu terceiro mandato de deputada estadual. No relato de Graça Paz (PDT) as relações familiares também são apontadas como um recurso para entrada na política. Seu envolvimento nas campanhas do marido e a experiência política de sua família na região da baixada maranhense são enfatizadas pela deputada. Outro aspecto que pode ser notado em sua fala é a questão de conceber a atividade política como “missão”. O esforço de denegação (Offerlé, 1997) da condição de profissional político, é recorrente na visão das atividades políticas das deputadas entrevistadas. Muitas quando questionadas sobre como entraram na política afirmavam que no início não queriam, foram impulsionadas “pela pressão”, pela “missão social”.

⁷ Como mostra o trabalho de Grill (2003:85) sobre o Rio Grande do Sul: “Mesmo após vinte anos de estruturação do sistema partidário (pós-regime militar), apesar da rotinização de eleições em todos os níveis e a despeito de que o universo empírico refere-se a um dos contextos em que a “fidelidade partidária” e a “politização” da população são exaltadas como virtudes ímpares, não há qualquer indício de tendência a que candidatos provenientes de “famílias de políticos” constituam uma raridade entre os profissionais da política”.

A ex-deputada Graciete Lisboa (PSDB), foi companheira do médico e prefeito da cidade de Bacabal (MA) Raimundo Lisboa (PDT), quando fala de sua atuação na Secretaria de Saúde de Bacabal, afirma que nesse período não pensava em disputar cargo eletivo.

Não, não. Eu achava que muita coisa podia mudar, eu tinha muito medo da questão política (...). Mas por atender esse público que era muito carente, que me procurava, que muitas vezes nem chegava até ele, muitas vezes eu tirava do bolso, comprava o remédio ou tirava da própria secretaria, enfim dava meu jeito, muitas vezes ele nem ficava sabendo e eu já tava resolvendo. **E por atender esse povo... Então começou por aí** (Graciete Lisboa, entrevista em 30/08/07).

Em relação ao uso do gênero como mecanismo para obtenção de legitimidade política nas campanhas, das deputadas entrevistadas, a que deu mais ênfase nesse aspecto foi a Terezinha Fernandes (PT), a ex- deputada relata:

Eu tenho a impressão, também não é dado científico, de que o fato de eu ser mulher me ajudou muito na campanha, porque assim, tem poucas mulheres participando, que chega que sobe no palanque. Então eu chego aos palanques e só tem homens, chego a determinadas mesas de reunião, debates, seminários, eu chego lá só tem homens, só tem eu de mulher. Então isso ajuda muito de certa forma, porque você chega e fala e não sei o que é, marca. Meu Deus em quantos e quantos lugares eu andei por ai e as pessoas falando 'nossa que maravilha, vou votar em você', de tantos discursos no meio de homens o meu se destacava. Então isso me beneficiou (Terezinha Fernandes, entrevista em 03/04/07).

A relevância dos aspectos levantados pelas deputadas - competência profissional, talento oratório, laços de parentesco, experiência política, ocupação de cargos públicos, capital de relações sociais- sobre os recursos acionados no espaço de concorrência eleitoral maranhense, evidenciam variações quanto à condição de acesso e consolidação na carreira eletiva.

3 - DEPUTADAS ESTADUAIS: ITINERÁRIOS E REPRESENTAÇÃO NO LEGISLATIVO MARANHENSE

Em relação as deputadas estaduais os dados foram em grande parte adquiridos por meio da biblioteca e dos arquivos do setor de cadastro parlamentar da Assembléia Legislativa do Maranhão. Utilizei ainda para análise entrevistas em profundidade com atuais e ex-deputadas (Graça Paz, Fátima Vieira, Graciete Lisboa, Telma Pinheiro, Marly Abdalla e Maura Jorge). Estas relataram além de dados sobre suas origens sociais, percursos profissionais e políticos, aspectos sobre suas representações, valores sobre “a política”. Segue abaixo o quadro com as mulheres eleitas deputadas estaduais no Maranhão no período de 1982-2010.

QUADRO 4: MULHERES ELEITAS DEPUTADAS ESTADUAIS NO MARANHÃO (1982-2010)

ANO	Nº DE MULHERES ELEITAS	NOME DAS DEPUTADAS ESTADUAIS
1982	1	Maria da Conceição S. Mesquita(PMDB)
1986	1	Conceição Andrade(PMDB)
1990	2	Maura Jorge(PFL) Marly Abdalla(PFL)
1994	3	Marly Abdalla(PFL) Janice Braide(PSD) Maria Aparecida Cardoso (PRP)
1998	11	Maura Jorge (PFL), Malrinete Valério(PR), Marly Abdalla(PFL), Luzivete Botelho(PSDB), Janice Braide (PSD), Sandra Rodrigues (PSC), Maria Aparecida Queiroz Furtado (PL), Tereza Murad (PDT), Telma Pinheiro (PFL), Helena Heluy (PT), Maria da Graça Nunes Melo*
2002	8	Graça Paz (PDT), Tereza Murad(PSB), Maura Jorge (PFL), Janice Braide(PSD), Gardênia Maria Santos Ribeiro Gonçalves, Telma Pinheiro (PFL), Helena Heluy (PT), Cristina Archer(PSDB), Socorro Waquim(PMDB)
2006	7	Eliziane Gama (PPS), Fátima Vieira (PP), Graça Paz (PDT), Graciete Lisboa (PSDB), Cleide Coutinho (PSDB), Helena Heluy (PT), Maura Jorge (DEM)
2010	6	Gardênia Castelo (PSDB), Valéria Macedo (PDT), Graça Paz (PDT), Cleide Coutinho (PSB), Eliziane Gama (PPS), Francisca Primo (PT).

* Nas eleições de 1998 Telma Pinheiro (PFL), Helena Heluy (PT) e Maria da Graça Nunes Melo tinham ficado como suplente assumindo posteriormente. O mesmo aconteceu nas eleições de 2002 com Gardênia Maria Santos Ribeiro Gonçalves.

Identifiquei que no decorrer dos anos houve um aumento considerável no número de deputadas estaduais eleitas no Maranhão (ver quadro 4). Tanto nas eleições de 1982 como na de 1986 apenas uma mulher conseguiu ser eleita deputada estadual, Conceição Mesquita (PMDB) e Conceição Andrade (PMDB) respectivamente; já durante a legislatura de 1999 a 2002 as mulheres ocuparam um número maior de cadeiras na Assembléia Legislativa Maranhense, somando um total de onze deputadas. Em 2006 a Assembléia Estadual do Maranhão contava com a participação de sete mulheres: Maura Jorge (DEM), Helena Heluy (PT), Cleide Coutinho (PSDB), Graciete Lisboa (PSDB), Fátima Vieira (PP), Graça Paz (PDT) e Elisiane Gama (PPS). E em 2010 seis mulheres conseguiram se eleger deputada estadual no Maranhão: Gardênia Castelo (PSDB) com 60.851 votos, Cleide Coutinho (PSB) que se reelegeu com 49.159 votos, Eliziane Gama (PPS) também reeleita, obteve 37.067 votos, Valéria Macedo (PDT) com 33.362 , Francisca Primo (PT) com o total de 30.192 votos e Graça Paz (PDT) que obteve êxito para exercer o terceiro mandato com 29.380 votos.

As propriedades sociais das deputadas estaduais eleitas no estado do Maranhão até 2006 podem ser observadas no quadro sinótico abaixo⁸.

⁸ Esses dados são fruto de minha dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais- UFMA em 2009, por isso os três casos das mulheres eleitas pela primeira vez em 2010- Gardênia Castelo (PSDB), Valéria Macedo (PDT) e Francisca Primo (PT)- não aparecem no quadro sinótico.

QUADRO 5 - QUADRO SINÓTICO DOS PERCURSOS DAS DEPUTADAS ESTADUAIS NO MARANHÃO (1982-2006)

DEPUTADA	PRIMEIRO CARGO ELETIVO	IDADE QUE OCUPOU O PRIMEIRO CARGO ELETIVO	FORMAÇÃO/PROFISSÃO	OCUPAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS ANTERIORES AO MANDATO DE DEPUTADA	LAÇOS DE PARENTESCO COM POLÍTICO
CONCEIÇÃO MESQUITA	Vereadora em Coroatá	40	Ens. Médio Empresária/ Administração Hospitalar	Diretora-Presidente da Casa de Saúde e Maternidade Dr. João Mota em Coroatá de 1975 a 1979	Cônjuge (foi deputado estadual)
CONCEIÇÃO ANDRADE	Deputada Estadual	31	Direito/ Advogada	Não se aplica	Não se aplica
MARLY ABDALLA	Deputada Estadual	51	Pedagoga/ Administração escolar	Não se aplica	Filho foi vereador em São Luís
MAURA JORGE	Deputada Estadual	29	Direito/ Advogada	Não se aplica	Mãe e cônjuge (esposo foi prefeito de Arari)
APARECIDA CARDOSO	Deputada Estadual	37	Ens. Médio/ técn. Contabilidade	Não se aplica	Não se aplica
APARECIDA FURTADO	Prefeita de Paraibano-Maranhão (1993 a 1996)	38	Ens. Médio/ Empresária	Não se aplica	Não se aplica
JANICE BRAIDE	Deputada Estadual	52	História/Escrivã	Não se aplica	Cônjuge (esposo foi prefeito de Santa Luzia)
MALRINETE VALÉRIO	Deputada Estadual	33	Ens. Médio/ Comerciante	Tesoureira Municipal do município de Bom Jardim-MA em 1997	Pai (filha de ex-prefeito de Bom Jardim)

TELMA PINHEIRO*	Vereadora de São Luís (1997 a 1999)	45	Engª Civil - UEMA	- Assessora Especial da Prefeitura em São Luís-MA de 1972 a 1983; - Secretária Municipal de Urbanismo em São Luís-MA de 1980 a 1983; - Secretária Municipal de Planejamento em São Luís-MA de 1987 a 1988; - Secretária Municipal Adjunta de Administração em São Luís-MA de 1994 a 1995; Secretária Municipal de Infra Estrutura em São Luís-MA de 1995 a 1996.	Não se aplica
SANDRA RODRIGUES	Deputada Estadual	28	Ens. Médio/ Empresária	- Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Assistência Social e do Trabalho do município de Timon-MA de 1997 a 1998	Cônjuge (esposo foi prefeito de Timom)
MARIA DA GRAÇA MELO	Prefeita de Pedreiras-Ma (1989 a 1992)	49	Ens. Médio/ Empresária	Não se aplica	Cônjuge (esposo foi prefeito de Pedreiras)
LUZIVETE BOTELHO	Vereadora em Açailândia por dois mandatos (1989 a 1996)	29	Superior/Func. Pública Federal	- Assessora no Ministério do Trabalho em Brasília-DF em 1983; - Secretária do Ministro Almir Pazzianoto em 1984.	Cônjuge (esposo foi prefeito de Açailândia)
CRISTINA ARCHER	Deputada Estadual	48	Comunicação Social	- Secretária Municipal de Desenvolvimento Social no município de Codó-MA de 1997 a 2000; - Secretária Municipal de Desenvolvimento Social no município de Codó-MA de 2000 a 2002.	Cônjuge (ex-esposa do prefeito de Codó)
GRAÇA PAZ	Deputada Estadual	50	Administração	Não se aplica	Cônjuge (esposo foi deputado estadual)

* Telma Pinheiro foi candidata a deputada federal no Maranhão pelo PSDB, é a primeira suplente do deputado Hélio Santos do mesmo partido.

HELENA HELUY	Vereadora de São Luís (1997 a 2000)	54	Direito/Jornalismo-UFMA	Não se aplica	Não se aplica
GARDÊNIA GONÇALVES	Deputada Estadual	44	Arquiteta	Não se aplica	Pai (foi governador do Maranhão) e mãe (foi prefeita de São Luís).
TEREZA MURAD	Prefeita de Coroatá (1993 a 1996)	37	Ens. Médio/ Empresária	Não se aplica	Pai (foi deputado), cônjuge (esposo foi prefeito de Coroatá)
SOCORRO WAQUIM	Deputada Estadual	48	Licenciada em Geografia-UFPI/professora universitária	- Secretária Municipal de Educação no município de Timon-MA de 1993 a 1996; - Assessora de Educação na Gerência de Desenvolvimento Regional em Caxias-MA de 1999 a 2000; - Gerente da Gerência Regional de Caxias-MA em 1999; - Gerente Municipal de Desenvolvimento Humano no município de Caxias-MA de 2001 a 2002.	Cônjuge (esposo foi vereador por 5 mandatos em Timon, foi eleito deputado federal)
GRACIETE LISBOA	Deputada Estadual	51	Ens. Médio/ Func. Pública	- Secretária de Ação Social de Bacabal de 2005 a 2006.	Cônjuge (ex-esposa do prefeito de Bacabal)
FÁTIMA VIEIRA	Deputada Estadual	47	Pedagogia-Universidade da Paraíba (privada)	- Diretora de Pronto Socorro no município de Bacabal de 2001 a 2005.	Pai (filha de ex-prefeito de Bacabal)
CLEIDE COUTINHO	Vice-prefeita do município de Caxias-MA em 1999	52	Medicina-Universidade Federal da Bahia	- Secretária de Saúde de Caxias de 1999 a 2000; - Secretária de Ação Social de Caxias de 2005 a 2006.	Cônjuge (esposo prefeito de Caxias)
ELISIANE GAMA	Deputada Estadual	30	Comunicação Social-UFMA	Não se aplica	Não se aplica

No que tange ao grau de escolarização/profissão⁹ das deputadas estaduais percebe-se a predominância das seguintes categorias: empre-

⁹ Foi considerada a principal profissão, com base nas fichas de cadastro parlamentar, preenchidas pelas deputadas.

sárias (6), advogadas (3), funcionárias públicas (3), comunicólogas(2) e professoras/pedagogas (2). Identifica-se ainda uma médica, uma engenheira civil, uma arquiteta uma administradora, uma contadora e uma historiadora (ver quadro 5). Entre as deputadas estaduais apenas 7 cursaram até o Ensino Médio, demonstrando que 68,18% das mulheres que conquistaram vitórias nas urnas como deputadas investiram no diploma de curso superior.

QUADRO 6 - IDADE DE INGRESSO NO PRIMEIRO CARGO ELETIVO ENTRE AS DEPUTADAS ESTADUAIS

Idade	Nº de casos
Entre 18-35	6
Entre 36-45	6
+ de 45	10

Os dados mostram que mais de 40% das mulheres iniciaram suas carreiras após os 45 anos, o que não difere muito das deputadas federais como já foi demonstrado. Tentando identificar o que Avelar (2001) apresenta em relação à difícil conciliação entre a esfera familiar e a política por parte das mulheres, devido à situação conjugal e a maternidade, perguntei às deputadas que entrevistei como isso se processa no seu cotidiano. Sobre tal questão afirmaram Graça Paz, Fátima Vieira¹⁰ e a ex-deputada Marly Abdalla¹¹, respectivamente:

Não é fácil, nunca foi fácil. Não só para as mulheres que têm uma vida ativa politicamente como para as mulheres que trabalham fora. Ela tem que conciliar os trabalhos de dona de casa, de mãe, de avó no meu caso que eu tenho que dar atenção para meus netos também. Isso para gente é muito difícil, porque o fato de nós estarmos fazendo parte de uma área que antes era masculina, isso não nos tira nossas tarefas de casa. Nós nos preocupamos com as tarefas de

¹⁰ As entrevistas realizadas com as deputadas Graça Paz e Fátima Vieira ocorreram separadamente em seus respectivos gabinetes no dia 07/03/07, vésperas do Dia Internacional da Mulher fato que contribuiu na concessão da entrevista.

¹¹ A entrevista foi realizada no dia 05/03/07 na sala da coordenação da Universidade da Terceira Idade-UNITI-UFMA.

casa, com a escola dos filhos, com as reuniões, que normalmente são as mulheres, claro que existem pais que fazem, mas na sua grande maioria quem participa ativamente da vida da família nessas particularidades, como dona de casa, como mãe, é a mulher (Graça Paz, entrevista em 07/03/07).

Há muita dificuldade, principalmente quando a gente tem casa, a gente tem filhos, tem marido então é muito complicado, dá muito trabalho, mas a gente tenta conciliar (Fátima Vieira, entrevista em 07/03/07).

Ah meu Deus essa é uma situação muito... precisa uma compreensão muito grande, da família, do marido. Época de campanha você chega em casa três horas, quatro horas da manhã. Meu marido era empresário, tinha as empresas dele, tinha as articulações, os amigos que era outra ala e tudo isso preenchia o tempo dele e eu tinha oportunidade de preencher o meu. E ele sempre respeitou, e é isso que falta, esse respeito mútuo, não pode se apossar da vida do outro. Agora lógico você tem que ser correta, tem que ter limites, tem satisfação pra dar, mas de ambas as partes. Sempre houve uma compreensão e eu fui muito feliz nesse aspecto. (Marly Abdalla, entrevista em 05/03/07).

Nos três depoimentos, as deputadas destacaram a dificuldade de conciliação entre a esfera familiar e as atividades políticas. A deputada Graça Paz chama atenção para certas atividades em que ainda se concentra entre as mulheres como, por exemplo, o acompanhamento do desempenho dos filhos nas escolas. A ex-deputada Marly Abdalla dá ênfase sobre a questão do tempo de dedicação que uma campanha exige, segundo ela, isso requer uma compreensão maior por parte do marido e da família.

Entre as deputadas eleitas no Maranhão no período de 1982 a 2006, 14 não haviam ocupado nenhum cargo eletivo anterior, somando mais de 60% as que ingressaram diretamente como deputada estadual. Tanto no âmbito federal como no estadual identifica-se no Maranhão o predomínio do ingresso “por cima” na política. Apenas 8 mulheres iniciaram suas carreiras eletivas passando por diferentes cargos na hierarquia política, 4

como vereadoras: Conceição Mesquita, Telma Pinheiro, Luzivete Botelho e Helena Heluy e 4 como prefeitas/vice-prefeitas: Aparecida Furtado, Maria da Graça Melo, Tereza Murad e Cleide Coutinho.

Outro indicador que pesquisei sobre as deputadas para análise da dinâmica de profissionalização política, foram os anos acumulados de mandatos eletivos. Tais dados demonstram que algumas mulheres permanecem em cargos eletivos por um longo tempo. Como é possível perceber no quadro 7.

QUADRO 7: DEPUTADAS ESTADUAIS ELEITAS NO MARANHÃO COM MAIS DE UM MANDATO (1982-2010)

DEPUTADAS ESTADUAIS	NÚMERO DE MANDATOS
Maria da Conceição Mesquita	2 (eleita em 1978 e 1992)
Maura Jorge	4 (eleita em 1990,1998,2002 e 2006)
Marly Abdalla	3 (eleita em 1990, 1994, 1998)
Janice Braide	3(eleita em 1994,1998, 2002)
Helena Heluy	3 (eleita em 1998,2002, 2006)
Telma Pinheiro	2 (eleita em 1998, 2002)
Graça Paz	3 (eleita em 2002, 2006 e 2010)
Cleide Coutinho	2 (eleita em 2006 e 2010)
Eliziane Gama	2 (eleita em 2006 e 2010)

Considerando o número de mandatos, quem se destaca é a ex-deputada Maura Jorge somando mais de 20 anos de mandatos eletivos¹², seguida de Marly Abdalla, Janice Braide, Helena Heluy e Graça Paz, com três mandatos consecutivos.

Além do número de mandatos eletivos, destaco também a ocupação de cargos públicos por parte dessas mulheres antes de se elegerem deputada estadual. Os dados explicitam que 10 mulheres ocuparam cargos públicos antes de serem eleitas deputadas, o que equivale a 45% dos casos. Como demonstram os dados do quadro sinótico

Em termos de tempo de dedicação dessas mulheres às atividades políticas, não considerei apenas o número de mandatos, mas também a ocupação de cargos públicos e atuação em outros espaços. Telma

* Apesar de ter assumido somente em janeiro de 2001 como primeira suplente, considero os anos de mandatos como vereadora de São Luis de 1997 a 2000.

¹² Considero os anos de mandato como prefeita, Maura Jorge foi eleita prefeita do município de Lago da Pedra em 2008, durante minha pesquisa de mestrado pude acompanhar alguns atos de sua campanha, para maior detalhes ver Costa (2009).

Pinheiro, por exemplo, foi em 2007 secretária estadual das Cidades e Infra-Estrutura, apesar de ter ingressado na carreira eletiva somente aos 45 anos em 1996 (como vereadora), já ocupava cargos públicos desde 1972, somando mais de 30 anos de dedicação a carreira política. A ex-deputada Luzivete Botelho que disputou sem sucesso a prefeitura do município de Itinga-MA em 2004, ocupou cargos públicos desde 1983 e Socorro Waquim, que em 2008 era prefeita de Timom, começou em 1993 como secretária de Educação do referido município. Ressalto que a ocupação de cargos públicos pode funcionar entre os concorrentes no espaço político como capital significativo de diferenciação, muitas vezes não propriamente pela atividade desempenhada, mas tais cargos podem acabar funcionando como títulos.

Dos casos pesquisados, doze não exerceram cargos públicos antes do primeiro cargo eletivo, mas dentre estas, há casos de ocupação de cargos públicos posteriormente, a exemplo de Conceição Andrade que foi Secretária de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural no governo Zé Reinaldo Tavares (abril 2002 a 2006) e Marly Abdalla que foi Secretária de Estado de Desportos e Lazer no governo Roseana Sarney (abril 1994 a 1998).

No que se refere às relações de parentesco com políticos entre as deputadas estaduais eleitas no Maranhão, não se difere muito do que ocorre com as deputadas federais. Identifiquei entre os 22 casos analisados, 16 deputadas que apresentaram os usos do parentesco em suas carreiras políticas, sendo que o vínculo com o cônjuge prevalece, seguido dos laços com o pai, todos os dois vínculos de parentesco que prevalecem são com figuras masculinas. Outro fator que merece ser destacado é o cargo eletivo ocupado, pelos cônjuges das deputadas estaduais, impera o cargo de prefeitura, diferentemente dos cônjuges das federais que eram deputado federal ou estadual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha intenção ao longo desse artigo foi analisar o processo de profissionalização política no Maranhão sob um recorte de gênero. Essa iniciativa se desdobrou em dois sentidos: identificar os perfis das

deputadas federais/estaduais eleitas no Maranhão no período compreendido entre 1982-2010 e refletir sobre as estratégias de reconversão de bases sociais em trunfos eleitorais.

Em relação ao número de deputadas eleitas no Maranhão nas duas últimas décadas, houve um aumento considerável no que se refere ao cargo de deputada estadual. Entre as deputadas federais, apenas 4 mulheres conseguiram se eleger nesse período. A apresentação dos dados sobre as carreiras políticas analisadas demonstrou que o acesso ao cargo de deputada no Maranhão encontra-se ligado tanto na esfera federal como na estadual predominantemente às relações de parentesco com político (com destaque para os casos de relação com o cônjuge), somado à ocupação de cargos públicos e à reconversão da notoriedade profissional, como critério de legitimação política.

Busquei, ainda, identificar os princípios que regem a disputa eleitoral no Maranhão a partir da perspectiva dos agentes. Dentre os elementos mais mencionados como imperiosos para se obter êxito na carreira eletiva, as deputadas destacaram a experiência política, no sentido de mandatos anteriores, a amizade, eloqüência e vínculos com familiares políticos. Demonstrando as variações quanto à condição de acesso e de consolidação da carreira eletiva entre as deputadas.

No que se refere à estrutura do espaço político no Maranhão, os dados demonstraram o predomínio do ingresso “por cima”, por parte tanto das deputadas federais, como das estaduais, configurando um espaço político “fechado”. Em relação às primeiras, nenhuma ocupou cargo eletivo anterior ao de deputada federal, e entre o grupo das 22 deputadas estaduais, apenas 8 iniciaram suas carreiras como vereadoras ou prefeitas. Corroborando as idéias de autores que discutem sobre o processo de profissionalização política, o tempo de dedicação dessas mulheres às atividades políticas, em geral, somam vários anos. Não apenas pelo número de mandatos acumulados, mas também por atividades desempenhadas antes da ocupação do cargo eletivo. Identifiquei ao longo da pesquisa casos de passagem por secretarias, militância ou participação nas campanhas dos maridos, antes de serem eleitas deputadas. O conhecimento e as práticas adquiridas nessas esferas acabam funcionando como capital significativo de diferenciação entre os concorrentes na arena política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHIN, C. **“Le mystère de la chambre basse. Comparaison des processus d’entrée de femmes au parlement, France-Allemagne, 1945-2000”**. Dalloz, Coll. Bibliothèque des Thèses, 2005.

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BARREIRA, I. **Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais**. Fortaleza, UFC/Funcap/CNPq; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

_____, I. “Práticas parlamentares, habitus e performances no campo da política: a participação de mulheres no Congresso Nacional”. In: **30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu**, 2006.

BARROS FILHO, J. **A tradição engajada: origens eleitorais no percurso de um agente**. Dissertação de mestrado, PPGCSoc-UFMA, 2007.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

_____. **Stratégies de reproduction et modes de domination**. Actes de La recherche en sciences sociales, Volume 105, Nº 1, p. 3-12, 1994.

_____. Da regra à estratégia. In: **Coisas ditas**. Rio de Janeiro: Brasiliense, p. 77-95, 1990.

CORADINI, O. L. “Origens sociais, mediação e processo eleitoral num município de imigração italiana”. In: PALMEIRA, M; BARREIRA, I. **Candidatos e Candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil**. São Paulo: Anna Blume, 1998.

COSTA, D.S.D; GRILL, I.G; ARAGÃO, E.R.O; LIMA, J.G.N. “Mulheres e Elites Locais no Maranhão: perfis, trajetórias e campanhas”. In: **II Seminário Nacional Sociologia e Política**, Paraná, 2010.

COSTA, D.S.D. **Mulheres e Especialização Política: trajetórias e recursos eleitorais entre as deputadas federais/estaduais no Maranhão**, Dissertação de Mestrado, PPGCSoc-UFMA, 2009.

COSTA, A. A. **As donas no poder. Mulher e política na Bahia**. 1.

ed. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia/NEIM-UFBa, 1998.
v. 1. p. 248.

DULONG, Delphine. SANDRINE, Lévêque. **Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre em ressource politique.** *Politix*, v.15, n°60, .p. 81-111, 2002.

GONÇALVES. Maria de Fátima da Costa. **A Invenção de uma Rainha de Espada: reatualizações e embaraços na dinâmica política do Maranhão Dinástico.** Tese de Doutorado em Políticas Públicas. UFMA, 2006.

GRILL, I. G. **As bases sociais do compromisso: a constituição de um espaço de concorrência eleitoral no sul do Rio Grande do Sul.** Dissertação de mestrado, UFRGS-IFCH-PPG Ciência Política, 1999.

_____. **Parentesco, Redes e Partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Tese de Doutorado em Ciência Política, IFCHUFRGS, 2003.

_____. “Processos, condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão”. In: **31.º Encontro Anual da Anpocs**, Caxambú, 2007.

GUIONNET, Christine. Entrées de femmes en politique. L'irréductibilité du genre à l'heure de la parité. *Politix*, v. 15, n° 60, 2002, p. 113-146.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LAGROYE, J. “Être du métier”. *Politix*, 1994, Volume 7, Numéro 28, p. 5-15.

LIMA, J. G. N. Seleção de “elites locais” e a dinâmica de concorrência eleitoral em Campos (MA).In: GRILL, I.G. et alli (Orgs.). **Eleições municipais no Maranhão.** São Luís: EDUFMA, 2010.

OFFERLÉ, Michel. “Entrées en politique”. *Politix*, V. 9, N°35: 3 – 5, 1996.

_____, M. “Professions et profession politique”. In: **La Profession politique.** Paris: Belin, 1999.

Outras fontes:

Dicionário Histórico-Biográfico- CPDOC.

Entrevista com as deputadas:

Marly Abdalla. Realizada na sala de coordenação da UNITI-UFMA em 05 de março de 2007

Graça Paz. Realizada no Gabinete da deputada em 07/03/07

Fátima Vieira. Realizada no Gabinete da deputada em 07/03/07

Telma Pinheiro. Realizada pela na Secretaria das Cidades em 14/03/07

Terezinha Fernandes. Realizada junto com orientador na SETRES em 03/04/07

Graciete Lisboa. Realizada pela na residência da deputada, em 30/08/07

Internet:

www.cfemea.org.br. Acesso em 03/11/07

www.tse.gov.br. Acesso em 07/01/08

www.ipu.org. Acesso em 23/11/07

www.camara.gov.br. Acesso em 07/01/08

www.senado.gov.br. Acesso em 09/01/08

Recebido em 02 de março de 2011

Aprovado em 1º de maio de 2011